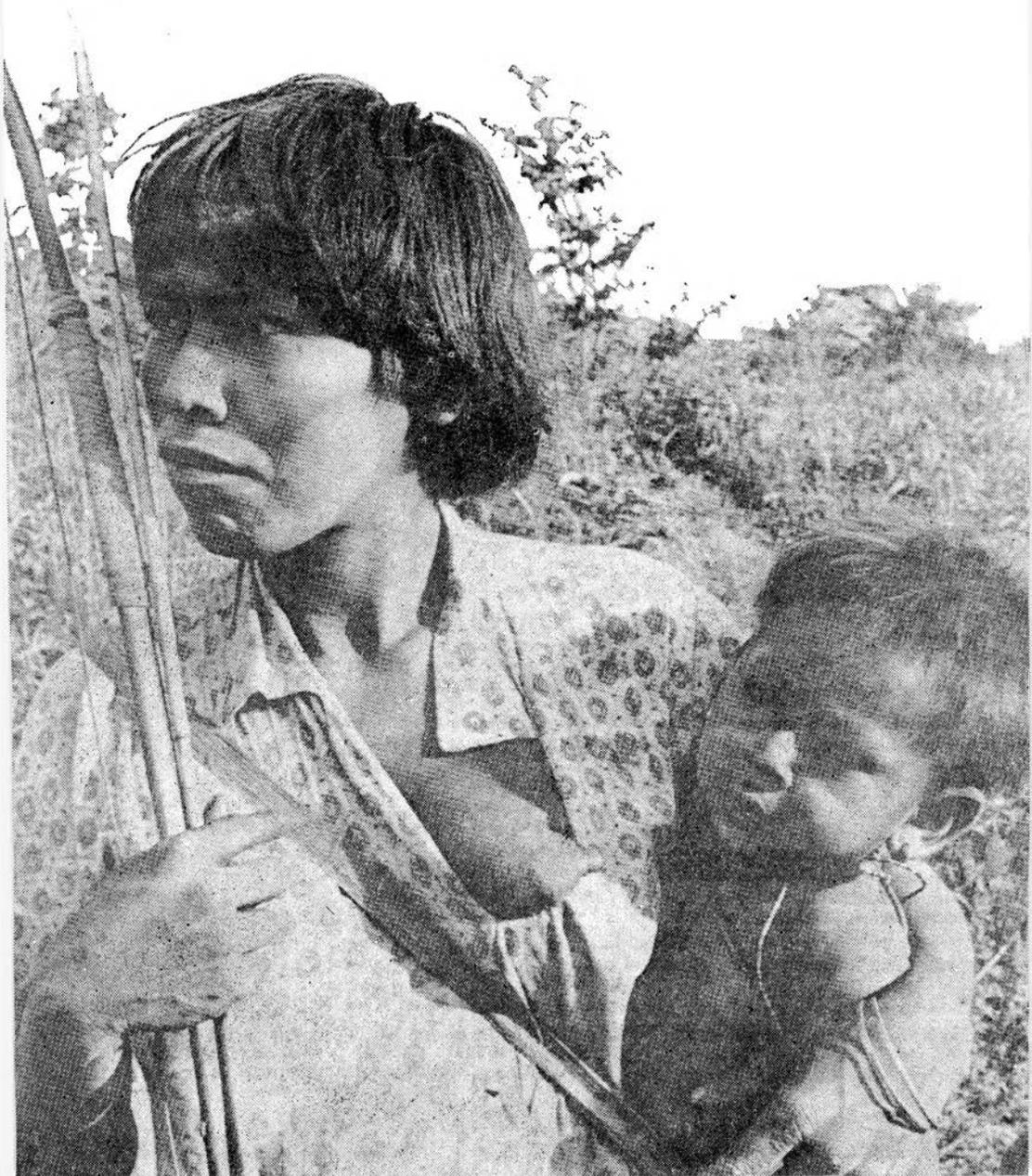


A QUEM INTERESSA A EMANCIPAÇÃO INDÍGENA ?...

“Emancipar os índios agora é entregá-los desarmados, a forças infinitamente mais poderosas, que lhes arrebatarão as terras a vil preço, ou por grilagem, ou por execução de dívidas”.

(Última página e Bíblia Hoje)



CEI — O Brasil viveu dias intensos de prática político-eleitoral no mês de novembro. O povo foi chamado, ainda que de forma limitada, a indicar através de eleições, sua opinião a respeito do governo e do regime político implantado no país nos últimos 14 anos. Apesar de toda legislação casuística imposta à nação (Lei Falcão, Pacote de Abril, etc.) e do envolvimento da máquina oficial no processo eleitoral, o povo, de uma forma muito evidente, no seu conjunto manifestou-se contra o atual sistema. Não adianta escamotear os resultados com interpretações ligeiras e falsas. O próprio futuro vice-presidente da República afirmou: "Não adianta tentar tapar o sol com peneira", o povo disse *não* ao governo. Aliás a Igreja, através de muitos dos seus organismos, tem denunciado a situação atual e clamado pela efetiva participação popular em todos os níveis de decisão, pelas liberdades democráticas, contra o sistema autoritário, concentrationista (ver o quadro da 11ª página) e injusto que temos vivido nos últimos anos. O povo agora mostra, de forma inequívoca, que a Igreja tem sido um dos canais de suas aspirações.

Outro problema muito sério é o do projeto de emancipação das populações indígenas. A opinião pública, através dos antropólogos, professores, Igreja, etc., tem chamado a atenção para o tremendo risco para os índios, que pode resultar de uma apressada e falsa emancipação (ver a última página, Bíblia Hoje e notícias).

Foi marcada para janeiro a reunião de Puebla. Esperamos que o Espírito de Deus possa iluminar os bispos latino-americanos no sentido de sua identificação cada vez mais profunda com os pobres e oprimidos de nosso continente.

Distribuímos com este número o *Suplemento 22* — Educação Popular II, que esperamos possa contribuir para os trabalhos da Igreja.

CARTAS

— Nós, meu marido e eu, nos engajamos na Causa Indígena. Porque são os mais oprimidos, os mais sofridos, portanto, aqueles que mais Deus ama. Há que se lutar por uma consciência nacional em prol das minorias indígenas seriamente ameaçadas pelo crimonoso projeto de emancipação. Nosso projeto de trabalho foi plenamente assumido por nossa Igreja, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Sentimos a falta tremenda de informação sobre: o que vai acontecendo no país e no exterior (...) e o CEI além de nos informar como vai o trabalho e a missão das Igrejas, nos traz sempre resumos bem escolhi-

dos de notícias gerais, o que permite, mesmo de longe, participar das discussões de âmbito nacional e do movimento ecumênico. Reitero meus cumprimentos ao serviço indispensável que o CEI presta à causa evangélica no Brasil.

Lori Altmann
Cacoal — RO

— ...renovação de nossa assinatura do Boletim CEI, reconhecendo-o como um dos mais eficientes, criteriosos e oportunos, corajosos meios de comunicação da mensagem viva do Evangelho de Cristo à geração contemporânea. Um grande abraço reconhecido dos

Rev. Oswaldo Soeiro Emrich
Rev. Elias Abrahão
Curitiba — PR

TEMPO E PRESENÇA

Centro Ecumênico de Informação

novembro 78 N.º 144

Diretor :

Domicílio Pereira de Mattos
Assinatura anual: Cr\$ 120,00
Remessa em cheque pagável no Rio, para Tempo e Presença Editora Ltda.

Caixa Postal 16.082-ZC-01

20.000 — Rio de Janeiro, RJ
Registrado de acordo com a Lei de Imprensa

Publicação Mensal

Impresso nas Oficinas da

Princps Gráfica e Editora Ltda.

— Agradeço sensibilizado a cortezia do Boletim CEI. Foi sempre com grande alegria que o li de ponta a ponta. Por ele perpassa o dinamismo de uma Igreja que verdadeiramente nasce do povo.

Antônio Cechim
Porto Alegre — SP

— Estou recebendo o boletim informativo o qual para mim tornou-se uma chave de informação. E então, eu peço que continuem a me informar porque por outro lado eu não tenho condições de ter melhores informações.

Advan D. da Silva
Barueri — SP

— Gostaria que as colunas do CEI abrigassem uma nota de informação sobre o Congresso que será realizado aí no Rio nos dias 12 a 17 de dezembro deste ano. Não tem caráter teológico, nem objetiva polêmica, mas visa o aspecto cultural, que é de linha defendida pela Folha que v. dirige.

A. Varizo Jr.
Brasília — DF

— Informações mais detalhadas do 2.º Congresso Nacional da Bíblia poderão ser solicitadas ao patrocinadores Sociedade Bíblica do Brasil, especialmente nos endereços: Rua Buenos Aires 135, Rio de Janeiro e Av. L2 Norte, Q. 603, Módulo "E" — Brasília, D.F.

ITAIPU NÃO PODE SER CONSTRUÍDA COM SACRIFÍCIO DE LAVRADORES

O secretário nacional da Pastoral da Terra divulgou em Goiânia, através da Regional local, a situação que vão enfrentar quase 10 mil famílias de lavradores devido à construção de hidrelétrica de Itaipu. Em nota distribuída à Empresa, a Pastoral da Terra solidariza-se com as reivindicações dos lavradores, expressas no abaixo-assinado entregue ao Ministro das Minas e Energia, em que exigem melhores preços para as terras e posses; novas terras no Paraná e as mesmas condições em que vivem atualmente; que o pagamento das indenizações seja feito até o fim do ano; que o maquinário e a eletrificação rural também sejam indenizados; que a usina arque com as despesas de transferência para outro local; que as hipotecas de suas dívidas sejam transportadas para o novo imóvel e não liquidadas à vista, com a Itaipu Binacional está fazendo no momento da indenização que seja facilitada a aquisição de novas moradias, que todos os trabalhadores sejam indenizados ao mesmo tempo, pois juntos terão melhores condições de procurar localização em outra parte. (FSP — 21.10.78)

LUTERAMOS AFIRMAM: CRISTÃO DEVE SE ENVOLVER EM ASSUNTOS POLÍTICOS

Os 150 participantes do 11º Concílio da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil aprovaram dois documentos afirmando que o cristão "deve se envolver em assuntos políticos" e o pressuposto "é de que Deus, se tornando Homem em Jesus, assumiu e se envolveu inteiramente na vida humana e chama os seus seguidores a fazerem o mesmo". Os documentos aprovados na reunião de Santa Catarina, acatam recomendação do grupo que estudou a responsabilidade política decorrente do Evangelho, baseando-se também na constatação de que os luteranos devem deixar de ser "uma Igreja do silêncio". O primeiro documento contém considerações gerais para fundamentar a ação política do cristão e o segundo critica a omissão da Igreja Evangélica de Confissão Luterana nesse campo. (JB — 22.10.78)

IGREJA CRITICA DECRETO DE EMANCIPAÇÃO DO ÍNDIO

A Presidência e Comissão Episcopal de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — numa reflexão sobre a situação nacional, entre outros assuntos, se manifesta a respeito do Decreto de Emancipação do Índio: "Organismos idôneos e cientistas competentes que examinaram desinteressadamente o problema do índio alertaram para a gravidade das consequências do decreto a ser sancionado. O governo assumirá sozinho a responsabilidade dessas consequências.

Não se descobrem motivos plausíveis para esse acodamento que subtrai o texto ao debate e gera perplexidade sobre seu próprio conteúdo. Por que precipitar a sanção do decreto, quando pessoas e entidades idôneas, sem nenhuma interesse pessoal, denunciam o fato de que "emancipar grupos indígenas agora, é entregá-los desarmados a forças infinitamente mais poderosas que lhes arrebatarão, em maior ou menor prazo, as terras a vil preço, por grilagem ou por execução de dívidas, absorvendo-os como mão-de-obra barata?".

"O que o governo quer com esse projeto de regulamentação do Estatuto do Índio — que, na verdade, não é regulamentação mas reforma — é estabelecer um pacote de segurança nacional, tendo como endereço o índio". Essa denúncia foi feita pelo presidente do Conselho Indigenista Missionário, D. Thomás Balduino, aos cerca de 2 mil participantes do ato público contra o projeto de "emancipação" do índio, realizado na

PUC de São Paulo. Embora ninguém, a não ser o próprio governo, conheça a minuta do projeto, D. Thomás disse que a proposta, pelo que tem conhecimento, não é mais de emancipar as comunidades mas os indivíduos. "E isso significa — garantiu o bispo — a degola das lideranças. O presidente do CIMI explicou que o projeto contém um dispositivo que dá ao governo poder de emancipar o índio, à sua revelia, "já que a consulta será pró-forma". E isso impede, segundo D. Thomás, a autonomia do povo indígena. (ESP — 1.11.78)

GOVERNO NÃO PODE ENCOBRIR NADA DO POVO

O ex-ministro da Justiça, Miguel Seabra Fagundes, manifestando-se sobre a comunicação reservada de prisões, prevista no projeto da nova Lei de Segurança Nacional afirmou: "Basta de providências confidenciais, sigilosas ou reservadas. Em nenhum país que se preza, o poder público tem sigilo com o povo". Para o jurista, a locução "segurança nacional" soa hoje como algo intimidativo aparecendo como "instrumento do Estado para a defesa de si mesmo em face da nação. É como se ele estivesse acima desta e por esta sempre iminentemente ameaçado". E diz mais: "a verdade é que chegamos, de certo insensivelmente, a um singular conceito de segurança nacional valendo por segurança do Estado, ou talvez melhor, dos titulares do poder político, a criar um antagonismo entre o bem do Estado e a paz dos cidadãos em geral".

CONFLITO IGREJA - ESTADO É PROBLEMA LATINO - AMERICANO

O Cardeal Arcebispo de Assunção, Paraguai, D. Ismael Blas Rolon Silvero, considerou o conflito Igreja-Estado "um problema latino-americano" porque a Igreja "tem compromisso com o povo". Geralmente, os Governos são fortes e toda a instituição que não marcha ao ritmo que um Governo qualquer dita, é tida como disfuncional e o estorva". No Paraguai, disse, a Igreja está sendo fiel "às diretrizes de Medellín e do Concílio Vaticano II e segue uma linha vinculada ao povo, aos seus problemas e em sua defesa". (JB — 12.11.78)

PAPEL DA IGREJA NO MUNDO DO TRABALHO

A Pastoral Operária em São Paulo tem desenvolvido um trabalho em grupos com a função de levar as pessoas a participarem cada vez mais do movimento operário, disse D. Angélico Sândalo Bernardino, um dos integrantes da Pastoral Operária na capital, e que recebeu a imprensa em Itaipú, durante a Assembléia dos bispos paulistas da Regional-I da CNBB. "O papel da Igreja no mundo do trabalho é ajudar o operário cristão a, cada vez mais, ter uma visão cristã do homem e da sociedade. Assim, seu campo específico de luta é o movimento operário, que tem crescido ultimamente. Isso não significa entretanto que a Igreja impulse essas atividades que competem ao operário", disse D. Angélico.

O bispo falou das recentes greves operárias em São Paulo, ressaltando que elas são uma manifestação de força do próprio movimento operário. "Hoje, apesar das amarras que ainda permanecem, o movimento consegue emergir, pacífico, reivindicando o que

ninguém pode negar". Na sua opinião, a Igreja deve olhar com muita simpatia essas manifestações. Apesar de sugerir que o Governo deva promover reformas dentro das empresas, D. Angélico disse não acreditar nisso, "uma vez que o poder político brasileiro serve cada vez mais ao poder econômico e discordo totalmente da opção do Governo brasileiro, que é o capitalismo liberal". (FSP — 8.11.78)

JORNALISTAS PEDEM A REVOGAÇÃO DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Os Sindicatos de Jornalistas de todo o País, reunidos em São Paulo, durante a realização do Congresso Nacional dos Jornalistas pela Liberdade de Imprensa, divulgaram um documento, aprovado em plenário, no qual reivindicam, entre outros itens a revogação da Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa, além da eliminação de qualquer tipo de censura à Imprensa, protestando "contra a violação sistemática de um dos direitos fundamentais da sociedade: informar e ser informado, que é, em última análise, o direito de o povo decidir seu próprio destino". (FSP — 30.10.78)

POVO NÃO PARTICIPA DOS PROJETOS

FALTA O POVO NOS PROJETOS. Eis uma das causas do fracasso ou não-execução dos projetos governamentais. Num noite de exposição e debates no Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) de São Paulo, em setembro último, o jornalista Odon Pereira, um dos participantes, referindo-se aos investimentos públicos na cidade de São Paulo, afirmou que "não faltam áreas metropolitanas bem intencionadas no papel, projetos bem elaborados e assim por diante". O problema, segundo ele, é que esses planos têm sofrido da falta de apoio popular. "Algumas idéias, para se fazerem força necessitam desse apoio", disse ele acrescentando que os obstáculos para a participação popular são de natureza política e institucional. Para o bispo da Região Sul da cidade, Dom Mário Morelli, os problemas se situam dentro do quadro sócio-econômico e político: "Não posso compreender, disse ele, que a dotação orçamentária para a educação seja insignificante diante do problema com a segurança nacional". "Sabemos que o País só passa a ter segurança quando o modelo não ignora o povo", concluiu.

DIRETOR DO CEAS DETIDO NA BAHIA

Ao retornar de Roma, onde fora participar, como representante dos jesuítas que trabalham no norte/nordeste do país, de um congresso da Ordem sobre a atuação religiosa na América Latina, o padre Cláudio Perani foi detido logo após retirar suas bagagens na alfândega. O agente que o prendeu argumentou que seu nome constava da relação das pessoas que não podem ingressar no país. O arcebispo de Salvador e o superior provincial da Ordem entraram em contato com o porta-voz do Palácio do Planalto e o jesuíta foi solto. Padre Perani trabalha no CEAS — Centro de Estudos e Ação Social, um centro que se preocupa com questões sociais e edita uma publicação, "Cadernos do Ceas", que mantém uma linha crítica à política sócio-econômica do Governo; é ainda professor do Instituto de Teologia da Universidade Católica de Salvador. (FSP — 30.10.78)

MULTINACIONAL CONTRA POSSEIROS, A LUTA DESIGUAL

Uma comissão de posseiros do Vale Verde, município de Porto Seguro, ao sul da Bahia, foi a Salvador pedir à polícia providências contra a empresa Brasil Holanda de Indústria SA., acusando-a de utilizar meios violentos para tentar expulsar da área mais de 100 famílias de lavradores. Segundo as denúncias, nos últimos três anos a empresa incendiou pelo menos 130 casas, destruiu as roças e proibiu o acesso dos trabalhadores rurais às plantações, fechando a única estrada existente na localidade. Os posseiros disseram que, para agir impunemente, a empresa suborna com dinheiro e presentes, o delegado regional de Porto Seguro, o delegado de polícia do distrito e também o juiz da comarca que, segundo eles, age de comum acordo com a empresa. Os lavradores que estiveram em Salvador calcularam que 30% dos posseiros não resistiram às pressões e venderam as posses a preços irrisórios. (ESP — 19.10.78)

MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA CONTINUA A FORTALECER-SE

Não obstante os argumentos que as autoridades do Palácio do Planalto tentaram colocar, visando a desmoralizar o trabalho de coleta de assinaturas para o memorial que foi entregue em Brasília contendo suas reivindicações, o Movimento do Custo de Vida continua a crescer e fortalecer-se, aguardando uma resposta às suas solicitações. Como foi amplamente noticiado, o governo levantou a suspeita de assinaturas falsas no memorial, o que foi veementemente contestado pelos dirigentes do Movimento. Esclareceu-se que realmente algumas pessoas, analfabetas, não querendo deixar de expressar seu protesto, pediram a outras que assinassem em seu nome. Se, porém, o governo duvida do povo, por que não realiza um plebiscito? Esta foi a sugestão dos mesmos dirigentes, que também acusaram o governo de, com sua atitude, afirmar sua política de distanciamento do povo e seus reclamos. Por seu turno, D. Angélico Sândalo, bispo da Zona Leste de São Paulo, lembrou que, como não quiseram receber os representantes do Movimento em Brasília que certamente explicariam de viva voz a questão das assinaturas, o porta-voz acabou dando uma explicação ridícula que apenas reforça o papel do governo, sempre surdo ao diálogo. (Ver o documento que publicamos com este número do CEI).

PRESSÕES A RELIGIOSOS POR CAUSA DE POSIÇÕES FACE AO PROBLEMA DA TERRA

“Estamos ao lado de todos os que, sinceramente, em nome do cristianismo que professam, defendem os direitos humanos, promovem as justas reformas sociais e se esforçam por construir um mundo conforme os desígnios de Deus” — diz o documento divulgado em Salvador pelos 18 bispos das dioceses da Bahia e Sergipe que participaram da Assembléia Regional Nordeste III da CNBB. O texto também denuncia as pressões que alguns religiosos sofrem na região, notadamente por causa de suas posições em face dos problemas da terra.

Durante o encontro os religiosos, de acordo com o documento final, constataram que “as questões ligadas à terra aumentam de maneira assustadora” e que “a grilagem prossegue impune sobre as terras dos humildes camponeses no Estado da Bahia, transformando pequenos proprietários e posseiros em assalariados, na maioria dos casos bóias-frias, que são desenralizados de sua terra natal para serem lançados nas periferias da zona urbana, fato que desintegra a família, e ao mesmo tempo fornece às empresas, mão-de-obra abundante e barata”. Foi criticada pela Igreja a atividade de 3 órgãos do Governo que atuam na região: Compa-

nhia de Desenvolvimento do Vale de São Francisco, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que “parecem insensíveis ao sofrimento do povo, nas áreas onde implantam os seus projetos”. O documento aborda também a situação dos presos, trata da juventude, das vocações, da catequese, entre outros. (ESP — 11.11.78)

IMIGRAÇÃO DE BRANCOS PREOCUPA IGREJA ARGENTINA

Os rumores segundo os quais o governo argentino estaria vivamente interessado em acolher colonos brancos da África, procedentes da Rodésia e da África do Sul, despertou grande preocupação nos meios eclesiais argentinos. A Argentina está subpovoada, tem baixo índice de crescimento populacional e é considerada a nação “mais branca” da América Latina. Além disso, o país conhece uma larga tradição de recepção a migrantes europeus (espanhóis, italianos, alemães, franceses e judeus), sem contar a crescente imigração de paraguaios e uruguaios à busca de melhores condições de vida. Por isso a notícia propocia reações, pois, segundo consta, os novos imigrantes iriam para a região de Chaco, desalojando assim as comunidades indígenas que ali habitam num ambiente pobre e primitivo. Até hoje são praticamente inexistentes os serviços federais ali, vivendo os índios na miséria e doentes. Teme-se que os brancos sul-africanos e rodesianos venham a utilizar-se dos índios como peões e serventes.

BISPO DENUNCIA: ÍNDIOS DESALOJADOS DE SUAS TERRAS

Pela segunda vez os índios são expulsos de uma área que lhe pertence por direito tradicional, cf. Estatuto do índio, capítulo II. Assim o denuncia o bispo de Dourados, MS, Dom Teodardo Leitz, em documento datado de 1.º de outubro p.p. Tal fato ocorreu numa fazenda localizada em Caarapó, MS, hoje pertence à Cia. Mate Laranjeira. Já em 1977 a mesma companhia providenciara o transporte dos índios em caminhões de gado, levando-os para o Paraguai. As autoridades tomaram conhecimento do ocorrido, os índios voltaram as suas terras, foi prometida a demarcação das terras. Desta feita, porém, a própria FUNAI tomou conhecimento e até mesmo colaborou: os índios foram levados em caminhões de gado para a Reserva de Bodoque na região tradicionalmente habitada por outro grupo indígena. Na fazenda foram queimadas as 17 casas que os índios ocupavam e em suas roças foi solto gado. Dom Teodardo pergunta qual a razão da atitude da FUNAI e lembra que 1978 é o ano-limite para demarcação das terras indígenas.

UNIDADE DO EXÉRCITO NÃO PERMITE AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA

A Igreja está impedida de efetuar seu trabalho de evangelização na região do Araguaia conhecida como Operacional Três, área de uma estrada próxima a Transamazônica, cuja população teve contatos com guerrilheiros entre 1969 e 1974. A denúncia é do bispo de Marabá, D. Alano Maria Pena, afirmando que esta região é controlada pela unidade do Exército da área que não permite a ação evangelizadora da Igreja. Segundo D. Alano, o responsável pela tutela do Exército é um major sediado em Brasília, responsável pelo controle da população da área, após a eliminação da presença dos guerrilheiros. "Sobre a situação foi elaborado um relatório para ser publicado. Até hoje o jornal de Belém que ia publicá-lo, não o fez. Grupos religiosos do local tiraram várias cópias do documento e distribuíram para a população. (FSP — 3.11.78)

JUIZ RECONHECE: AÇÃO PASTORAL DA IGREJA NÃO É SUBVERSÃO

A Comissão Pastoral da Terra — Regional Norte II emitiu uma nota em que se congratula com o Juiz de Conceição do Araguaia, Juraci Marques Tavares, o qual, em 16 de agosto p.p., retirou da denúncia da Promotoria Pública os nomes de D. Estêvão C. Avelar, Pe. Florentino Maboni e Frei Henrique M. da Silva bem como os dos agentes de Pastoral Daniel M. da Costa Filho, Regina Coeli da Costa e André Luiz C. de Paula. Como se sabe, houve há meses atrás incidentes entre posseiros e soldados da Polícia Militar naquela região, e dois destes morreram.

O juiz, em sua argumentação, reconhece que a ação dos referidos "foi puramente pastoral segundo a nova doutrina da Igreja Católica Apostólica Romana" e ainda ressalta que "os conflitos se devem a causas bastante remotas, de que não estão isentas as autoridades públicas que se negaram a solucionar os problemas de

POLÍCIA CONTRA COMUNIDADES DE BASE

A Prelazia do Acre e Purús vai apresentar queixa-crime contra o delegado de Xapuri, que invadiu uma reunião de 40 agentes pastorais de comunidades de base e os padres Otávio Destro e Cláudio Avalone, no início de novembro. O policial apreendeu uma fita cassete, um conjunto de slides e um projetor que serviam para apresentar um audio-visual da Prelazia sobre as eleições. (JB — 2.11.78)

terra all existentes". A nota da Comissão relembra que a denúncia era mesmo absurda, não conseguindo encobrir seu verdadeiro objetivo — difamar o trabalho da Igreja e indispor-la contra a opinião pública. Afirma mais: "A nossa maior luta continua sendo pela Absolvição dos 26 posseiros para os quais o processo continua e a sorte do homem do campo pressionado pela febre do lucro que há muito se apossou dos latifundiários e grandes empresas, assim como contra toda a estrutura fundiária, injusta e geradora desses mesmos conflitos". Ao final defende as reivindicações de terra a quem trabalha, reforma agrária imediata, liberdade de reunião e sindicatos livres.

BISPOS PAULISTAS CRITICAM DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Por 33 votos favoráveis e uma abstenção, os bispos paulistas reunidos em Itaic, para a Assembléia Geral da Regional Sul-1 da CNBB, aprovaram o documento "A Segurança como bem de uma Nação", em que pedem sejam corrigidas "certas distorções existentes, contrárias às exigências éticas dos valores fundamentais da dignidade humana". O texto critica a doutrina da segurança nacional, que "se fundamenta na afirmação de que o mundo se encontra diante de uma situação de 'guerra total' imposta pelo comunismo internacional ao mundo ocidental, de forma a que a essa 'guerra total' deve contrapor-se uma 'segurança total'." (ESP — 10.11.78)

COOPERATIVAS DE BÓIAS-FRIAS: IMORALIDADE

O jornal *Paraná Rural*, órgão da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná traz uma matéria sobre a pretensão do Governo em criar cooperativas de bóias-frias. O jornal destaca o telex enviado pelo presidente da FETAEP, Agustinho Bukowski, ao Ministro do Trabalho, no qual denuncia as cooperativas como uma verdadeira aberração jurídica, que contraria a Consolidação das Leis do Trabalho e inclusive o Direito Internacional, defendido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Acrescenta ainda que a criação de cooperativas de bóias-frias representa a legalização de uma imoralidade, permitindo o uso e abuso de mão-de-obra volante em trabalho que, por direito e justiça, deve ser exercido por mão-de-obra efetiva. O movimento sindical dos trabalhadores rurais paranaenses reivindica uma retomada de posição no sentido de que se-

jam aqueles trabalhadores fixados à terra, até a extinção total dos volantes.

O fracasso das cooperativas de bóias-frias de Ourinhos, a primeira das 12 criadas no Estado, foi admitido pelo Ministro do Trabalho. Dos 600 cooperados existentes na fundação da cooperativa, em 27 de março de 1977, restam apenas 60, mas só 25 estão registrados oficialmente. O presidente da cooperativa informou que os bóias-frias não ganham o suficiente para sobreviver e ainda são explorados pelos "gatos" — intermediários — que recebem 10% do pagamento de cada trabalhador. E acrescentou que "é preciso melhorar o padrão de vida do trabalhador rural, porque a assistência prestada pelo Furrural não existe". (JB — 12 de novembro de 1978)

AUMENTA O NÚMERO DE GENTE SACRIFICADA PELAS HIDRELÉTRICAS

Quatro mil pessoas que perderam suas terras com a formação do lago de Sobradinho, no rio São Francisco, estão espalhadas pelas cidades de Xique-Xique, Ibotirama e Barra, às margens do rio, sem emprego, formando núcleos favelados e marginalizados das comunidades já existentes. A denúncia foi feita pelo bispo de Barra, D. Orlando Botti, e pelos presidentes dos sindicatos de trabalhadores rurais dos três municípios, através de documentos divulgados em Salvador. Há pessoas que não receberam qualquer indenização da CHESF pelas terras inundadas, outras receberam indenização parcial ou total, mas gastaram o dinheiro viajando em busca de novas terras e em alimentação, algumas famílias acertaram a indenização com a CHESF mas não têm recursos para se deslocar até o local de receber o dinheiro; umas poucas pessoas conseguiram comprar casa, mas não podem comprar terra para plantar. (ESP — 21.10.78)

IGREJA GAUCHA CRIA COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ

A Assembléia Regional do Conselho de Pastoral, reunida Seminário Maior, em Viamão, a 25 quilômetros de Porto Alegre, aprovou a criação da Comissão de Justiça e Paz e estabeleceu como prioridades da Igreja no Rio Grande do Sul a intensificação dos núcleos de trabalho junto às classes menos favorecidas, através de programas de apoio social e educação. Por 98 votos, em votação unânime, aprovou-se a instituição da Comissão, para a defesa dos direitos e garantias sócio-políticas e econômicas para as classes pobres do Estado. O Secretário Regional da CNBB, D. Urbano Algayer, disse que, "não estamos fazendo nada mais do que implantar uma proposta feita pelo Papa Paulo VI, há mais de cinco anos". (JB — 6.11.78)

"MARCHA PELA VIDA"

Com cartazes confeccionados em pedaços de caixas de papelão e inspirados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, os moradores do Alto do Cabrito, subúrbio de Salvador, chefiados pelo Padre Adhemar Dantas da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, realizaram uma passeata denominada Marcha Pela Vida, denunciando as precárias condições em que vivem. No Alto do Cabrito moram mais de 40 mil pessoas que não dispõem de transporte coletivo, de postos de saúde, de policiamento, de calçamento de ruas, de sistemas de abastecimento eficiente, de água encanada e de outros serviços básicos. (JB — 25.9.78)

O POVO É DEMOCRATA: NÃO É PRECISO COAÇÃO

A propósito das declarações do general Figueiredo, que ameaçou prender e arrebanter os que não querem a abertura política que ele promete, Dom Ivo Lorscheiter, secretário-geral da CNBB, manifestou-se, afirmando que "se o povo for realmente ouvido e se forem facultadas aos cidadãos as legítimas formas de participação, não haverá necessidade de qualquer brasileiro ser coagido para ser democrata".

CONSELHO LATINO-AMERICANO DE IGREJAS: ESPERAM-SE ADESÕES

Teve lugar em Buenos Aires, em 17 e 18 de novembro, a primeira reunião de trabalho da Junta Diretiva do recém-formado Conselho Latino-Americano de Igrejas, eleita em setembro passado em Oaxtepec, México. O Conselho é considerado uma organização "em formação" e está aberto a novas adesões. A reunião na Argentina foi presidida pelo bispo metodista Federico Pagura.

A IGREJA E A REFORMA AGRÁRIA

O Bispo de Propriá, Sergipe, D. José Brandão de Castro, denunciou em Salvador, durante o Encontro da Regional III da CNBB, a ameaça de expulsão de 300 famílias do município de Pacatuba por parte de grileiros de terras e disse que há também um movimento liderado pelo prefeito para que ele seja transferido da diocese. D. José Brandão defendeu a necessidade urgente de uma reforma agrária, como forma de melhorar as condições de vida dos lavradores e de suas famílias, acusando os programas assistenciais do governo na região de não atenderem as necessidades básicas do homem do campo. Considera a situação do pequeno agricultor da região cada vez mais crítica, afirmando que os espaços das pastagens de gados têm aumentado, enquanto diminuem os campos de plantação. Acusa a política creditícia do governo de não ajudar o pequeno agricultor, para quem os juros em empréstimos bancários são exorbitantes. D. José tem se destacado na defesa de posseiros, trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terras no agreste de Sergipe, contra grileiros e, em consequência disso já foi até ameaçado de morte. (ESP — 11.11.78)

DOMINICANOS APOIAM D. ALANO NA AÇÃO EVANGELIZADORA EM MARABÁ

Com uma carta, os religiosos que encerraram em Uberaba a Assembléia Nacional da Família Dominicana, solidarizaram-se com o bispo de Marabá, D. Alano Maria Pena, que também pertence à Ordem dos dominicanos, afirmando que ele "está sofrendo ameaças em sua luta pela promoção e evangelização da parcela do povo de Deus que reside em Marabá". Os religiosos e leigos que participaram do encontro endossaram a denúncia de Dom Alano acusando o Exército na área de impedir a ação evangelizadora da Igreja na região do Araguaia que foi palco das guerrilhas de 1969 a 1974. Além de D. Estevão Avelar, bispo de Uberlândia, 80 frades, dominicanos, religiosos e leigos assinaram a carta enviada a D. Alano Maria Pena. (FSP — 5.11.78)

PRELAZIA FAZ DENÚNCIA: GRILEIROS AMEAÇAM O POVO

A Prelazia de Cândido Mendes, MA, em nota oficial denuncia às autoridades a situação que o padre, os lavradores e o próprio prefeito do município de Turiagu estão vivendo desde há alguns anos e que tem-se agravado, levando a um clima ameaçador. A nota cita nominalmente os grileiros que "dizendo-se proprietários, vêm tentando se apropriar de vastas áreas de terras secularmente ocupadas por centenas de famílias e de reconhecida propriedade pública, ocupando-as com uma grande e indiscriminada criação de búfalos, que invadem e devastam roças e amedrontam os moradores do lugar".

A nota diz ainda que "a Prelazia de Cândido Mendes denuncia, repudia e protesta energicamente contra: a inescrupulosa apropriação e especulação imobiliária exercida no referido município, as mentiras, calúnias e violências exercidas pelos mesmos pretensos **BÓIAS-FRIAS SUPER-EXPLORADOS NÃO RECEBEM SEU PAGAMENTO**

Chegam-nos dois relatos: um acontecido no Mato Grosso, outro no Paraná. O primeiro envolvendo bóias-frias que, depois de trabalharem na Fazenda Quibiquira, que recebe incentivos da SUDAM, estão esperando desde junho para receber seu pagamento. No Paraná noticiou-se que é frequente o "gato" deixar de pagar o trabalho de bóias-frias que aceitam qualquer serviço, a qualquer preço, em virtude da falta de oferta, sujeitando-se aos perigos do transporte em caminhões, sem as mínimas condições de segurança.

proprietários contra o padre, o prefeito e os lavradores. a omissão de algumas autoridades, civis, judiciárias e militares, justa e a cobertura a outras, fortalecendo a situação de injustiça e ilegalidade. o atentado à vida e à moral do vigário da paróquia e o desrespeito público ao povo presente". E finaliza a nota apelando para que as autoridades intervenham tomando as medidas necessárias, "propiciando a legitimação de milhares de famílias, que ocupam secularmente a referida área".

NOVO PAPA CONDENA OS QPUE SACRIFICAM DIREITOS E LIBERDADES

Ao se dirigir aos membros da Pontifícia Comissão para Justiça e Paz, que realizam uma Assembléia em Roma, o Papa João Paulo II afirmou que "os modelos políticos de desenvolvimento que sacrificam os direitos e liberdades essenciais do indivíduo e da sociedade estão condenados ao fracasso". O papa tomou posse da Basílica de São João de Latrão como Bispo de Roma e de todos os católicos do mundo, tradição papal desde os primórdios da Igreja, depois de cumprimentar o prefeito de Roma. "O novo Bispo de Roma deseja, acima de tudo, que possamos permanecer no amor de Cristo, e que este amor seja sempre mais forte que nossas fraquezas", salientou o Papa no sermão na Basílica, situada na zona sul de Roma, num bairro de predominância operária. (JB — 13.11.78)

PISTAS PARA UMA PASTORAL URBANA

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, divulgou em Brasília um documento denominado "Pistas para uma pastoral Urbana", onde reafirma a linha fixada na Conferência de Medellín, de opção pelos pobres e no qual destaca que a Igreja, em sua ação pastoral, deve dar prioridade aos trabalhos na periferia com vistas "à salvação de toda a cidade". Esta orientação deverá ser transmitida a todos os bispos do País, buscando atingir principalmente as cidades com população superior a 100 mil habitantes.

O texto diz que "a Igreja, mais que nunca procura colocar à disposição do povo, especialmente dos mais marginalizados e indefesos, os recursos humanos, morais e materiais de que ela dispõe". E ainda: "A periferia como fenômeno de marginalização, salta aos

olhos. E esta marginalização tende a crescer, mais como inchação que por integração orgânica, como consequência de um processo seletivo de industrialização e de um processo global de mudança, baseada na concentração do poder econômico". (ESP — 11 de novembro de 1978)

JUIZ RESPONSABILIZA A UNIÃO PELA MORTE DE HERZOG

O juiz Marcio José de Moraes, da 7.^a Vara da Justiça Federal em São Paulo deu ganho de causa à família de Vladimir Herzog, na ação declaratória movida para responsabilizar a União pela prisão ilegal e morte do jornalista, ocorrida nas dependências do DOI-Codi no dia 25 de outubro de 1975 do II Exército. Na sentença o juiz também determinou que a Justiça Militar apure todas as denúncias de torturas mencionadas no processo. Ao comentar a sentença, o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns disse: "É hora de todos parentes de pessoas desaparecidas depois de presas iniciarem o mesmo processo para responsabilizar o Estado por aqueles que desapareceram". "Gostaria de que as leis correspondessem à Justiça e que seus defensores, juizes e advogados tivessem pleníssima liberdade, se sentissem sempre apoiados por todos. Porque, se for preciso ser heróico para decidir em favor da verdade, então a nação inteira já mergulhou na covardia, o que ninguém de nós pode aceitar ou tolerar". (JB — 29.10.78)

FAVELADOS ADQUIREM TERRENO ONDE MORAM

Os moradores da favela Vila Palmares, em São Paulo, compraram todo o terreno onde moram. Após dez meses de debates e conversas, os favelados conseguiram unir-se e efetuar a compra. O fato, por ser inédito, movimentou a imprensa da cidade.

CRISTÃOS CANADENSES APÓIAM LUTA PELA LIBERTAÇÃO NA AL.

A Comunidade Cristã do Canadá enviou às Conferências Episcopais e aos Bispos da América Latina uma "Carta aberta aos Latino-americanos" tendo em vista a III Conferência do CELAM. Logo na introdução justificam a carta dizendo — "Como membros da comunidade cristã do Canadá não poderíamos permanecer calados enquanto nossos irmãos da América Latina sofrem a negra noite da opressão, da fome e do exílio".

Reconhecendo que a situação do povo do seu país não é tão grave, fazem um paralelo e se dizem "vítimas também de uma estrutura similar de dominação e dependência". Depois de fazerem uma análise sobre o que conhecem da realidade latino-americana, eles declaram no final do documento: "Nós nos identificamos e apoiamos o compromisso das comunidades cristãs na América Latina lutando pela libertação de todos os nossos po-

FAVELA AGORA É RESIDÊNCIA PERMANENTE

O São Paulo, seminário da Arquidiocese de São Paulo, publicou em seu n.º 1.178, entrevista com Manuel Francisco de Espinola, 67 anos, morador de favela há 21 anos. A referida matéria chama a atenção para o fato de que a favela já não é mais, como no passado, um estágio por que passam as pessoas que vêm do campo tentar uma vida melhor na cidade. Atualmente, com os baixos salários e o alto custo de vida, a moradia na favela é a única solução para o trabalhador: tornou-se residência permanente. E até já existem nela pessoas da cidade que empobrecem e só lhes restou morarem lá. Segundo o entrevistado, "o morador da favela se adapta a ela como o preso tem que se adaptar à cadeia. Mas, como o preso quer liberdade, o favelado quer, imensamente, o seu lar próprio". Para ele, de modo geral, o favelado desconhece as verdadeiras causas de sua situação e denuncia: "o verdadeiro responsável pela grande miséria não é Deus, mas a ambição de alguns homens".

vos" (...) "Desejamos encorajá-los em vossos esforços em fazer da Conferência uma continuação do CEIAM II, um sinal de conversão para o Senhor e para o pobre". Concluindo a mensagem declaram: "Estamos convencidos de que os cristãos engajados na luta e guiados pelo espírito de Medellín têm dado maior testemunho ao Evangelho que todas as palavras que têm sido ou serão escritas".

agredidas em todos os aspectos de sua existência (eram um milhão em 1900, hoje são cem mil) e em seu legítimo direito de dispor das terras que tradicionalmente lhes pertencem.

Mas o que leva nosso Governo a ter tanta pressa na regulamentação desse Decreto? As últimas declarações do Presidente da FUNAI ao Jornal "O Globo", de 25/10, afirmam que as comunidades indígenas não serão emancipadas por iniciativa da FUNAI, senão por sua própria vontade. Então, por que não esperar que o problema se coloque para simplesmente se aplicar o que rege o Estatuto do Índio?

Entendemos que a única explicação a esta pressa reside na problemática fundiária, que hoje envolve milhões de trabalhadores rurais sem terra, que enxotados por empresas agrícolas e latifúndios, invadem a terra de quem lhes parece tão ou mais fracos que si próprios. Não se trata de tomar o partido de um contra o outro; apenas não seria justo, como não seria viável, se tentar resolver o problema fundiário no país através da usurpação das últimas terras que ainda restam para estas comunidades.

Hipótese pior do que esta seria a suposição de que esta pressa se explicasse por pressões de grupos econômicos interessados nestas terras, que seriam parte de um projeto maior em vias de concretização.

Diante disso, nossa posição só pode ser a de nos colocarmos contra qualquer tipo de proposta que envolva, agora, a emancipação de grupos indígenas. Propomos que sejam levadas a bom termo as responsabilidades da tutela, garantindo assim às populações indígenas o direito a uma sobrevivência digna.

DADOS OFICIAIS COMPROVAM DENÚNCIA DOS BISPOS: CADA VEZ OS RICOS FICAM MAIS RICOS E OS POBRES MAIS MISERÁVEIS

Comparação da distribuição de renda no Brasil — 1960, 1970 e 1976 População Economicamente Ativa

	(Porcentagem)	(Participação na Renda)		
		1960	1970	1976
50% mais pobres		17,71%	14,91%	11,8%
30% seguintes		27,92%	22,85%	21,2%
15% seguintes		26,66%	27,38%	28%
5% mais ricos		27,69%	34,86%	39%
Total	100%	100%	100%	100%
Coefficiente de Gini		0,50	0,56	0,60

FONTES:

Para os anos 1960 e 1970:
Carlos Geraldo Langoni, *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*, 1973, Ed. Expressão e Cultura. Dados referentes aos Censos Demográficos de 1960 e 1970.
Para o ano de 1976:

Calculados com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostras por

Domicílio realizado pelo IBGE em 1976. Os dados de renda em 1976 incluem os pagamentos em espécie e em serviços. A parte em dinheiro corresponde ao rendimento do mês de outubro. Inclui também as partes de renda referentes a mais de 12 salários e a participação de lucros das empresas paga ao empregado, aluguéis, aposentadorias, etc. Os dados de renda foram deflacionados pelo deflator implícito do PIB.

Dados preliminares, resultado de pesquisa em andamento no INPES/IPEA sob a responsabilidade de Régis Bonelli e Paulo Vieira da Cunha.

ÚLTIMA PÁGINA

A QUEM INTERESSA A EMANCIPAÇÃO INDÍGENA?

A palavra emancipação tem a conotação de algo que libertaria um indivíduo tido por incapaz e o equipararia aos demais cidadãos. Os índios no Brasil estão em regime de tutela, e o seu tutor é o Estado brasileiro. Isto significa que eles não têm a mesma capacidade e responsabilidade jurídica dos demais adultos brasileiros. Então, emancipar seria dar igualdade, libertar?

Neste caso, emancipar agora é *entregar*. Os índios, na condição de tutelados, não são proprietários da terra onde vivem e de onde tiram seu sustento; a União é proprietária dessas terras, o que as preserva da cobiça alheia. Ela cede aos índios a posse, o direito de uso das mesmas.

Ora, estamos assistindo hoje a mais forte investida da expansão interna por grandes grupos empresariais em todo o país. Emancipar os índios *agora* é entregar-lhes *desarmados*, a forças infinitamente mais poderosas, que lhes arrebataram as terras a vil preço, ou por grilagem ou por execução de dívidas.

A posse das terras que lhes restaram é condição essencial à sua sobrevivência, à manutenção dos padrões de vida tribal e das particularidades que fazem deles povos diferentes entre si. "Diversidade não significa desigualdade: democracia racial não é necessariamente a fusão de todos em um modo de ser único, mas talvez o reconhecimento do valor de modos de ser diferentes."

O Estado não pode isentar-se das responsabilidades que lhe cabem. É agora mais do que nunca o momento de cumpri-las: e isto significa esgotar todos os recursos disponíveis para levar o bom termo esta tutela. O primeiro deles é a demarcação das terras indígenas, que pelo artigo 65 do Estatuto do Índio, deveria estar terminada até o fim deste ano.

"O domínio de uma extensão de terra, contínua, coletiva e inalienável é a condição necessária primeira para a sobrevivência de qualquer grupo indígena com dignidade. Mas não é suficiente. Nesta terra poderão os índios garantir sua subsistência segundo modalidades próprias, tradicionais ou não. Cabe ao Estado, quando requerido, orientar o grupo em novas técnicas produtivas e na comercialização dos excedentes para promover sua independência de qualquer ajuda externa; cabe-lhe também prestar uma eficiente ajuda médico-sanitária e a proteção dos índios, sobretudo os recém-contactados, das doenças que lhes transmitimos e os dizimam. Cabe-lhe a responsabilidade de uma educação que respeite as formas culturais, os valores e a dignidade da comunidade enquanto a oriente no seu convívio com a sociedade envolvente, ajudando-os a nela se moverem."

No entanto, o Governo "lava as mãos".

Há vários meses atrás, o presidente da FUNAI, General Ismarth de Oliveira, anunciava a elaboração de um Decreto regulamentando a emancipação indígena e convidava antropólogos, indigenistas e juristas a discutirem e se pronunciarem sobre a medida.

O Decreto, no seu artigo 3º, estabelecia que as comunidades indígenas poderiam emancipar-se quando julgassem conveniente ou por *iniciativa da FUNAI*. Em ambos os casos, este ato seria avaliado no local por uma Comissão de Inquiridos que investigaria se a comunidade atendia aos requisitos da lei, ou seja, seriam considerados integrados, "quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições características de sua cultura" (Artigo 3º, III — Estatuto do Índio).

Diante destes fatos, e se sentindo também responsáveis pelas populações indígenas, antropólogos, indigenistas, juristas e outros setores da população sensibilizados pela causa indígena pronunciaram-se terminantemente contra esta medida, sabendo que ao longo de quatro séculos de nossa história, estas populações foram

(Continua na página anterior)